



01 DE SETEMBRO 2010
Quarta-feira

- CNI - CLIPPING NACIONAL E INTERNACIONAL
- MÍNIMO VAI A R\$ 538,15 EM JANEIRO
- BERNARDO VÊ PRECIPITAÇÃO SOBRE CRITÉRIO PARA MÍNIMO
- PRODUÇÃO DA INDÚSTRIA VOLTA A CRESCER
- CURITIBA MANTÉM A MENOR TAXA DE DESEMPREGO DO PAÍS
- DESEMPREGO NA RMC É DE 4,7%, SEGUNDO IPARDES
- LADO EMOCIONAL É O MAIOR ENTRAWE NA HORA DA SUCESSÃO
- CURITIBA PODE SER PIONEIRA NO USO DO CARRO ELÉTRICO
- CATERPILLAR VAI MONTAR FÁBRICA NO PARANÁ
- QUOTA DO IRPF COM VENCIMENTO EM 30/9 TERÁ 4,29% DE JUROS
- PAGAMENTO REFERENTE A AGOSTO DEVE SER EFETUADO ATÉ DIA 6/9
- TELEFONIA: REPASSE DE PIS E COFINS AO ASSINANTE É LEGAL, DIZ STJ
- JORNADA DE TRABALHO PODE SER AMPLIADA ATRAVÉS DE ACORDO COLETIVO
- EQUIPAMENTO VIA SATÉLITE COMPROVA HORA EXTRA DE MOTORISTA

Câmbio		
Em 01/09/2010 às 17h35		
	Compra	Venda
Dólar	1,743	1,744
Euro	2,230	2,232

Fonte: BACEN

01/09/2010 - CNI

Em anexo.

MÍNIMO VAI A R\$ 538,15 EM JANEIRO

01/09/2010 - Gazeta do Povo

Brasília - O salário mínimo para 2011 foi fixado em R\$ 538,15, a partir do salário de janeiro a ser pago em fevereiro, segundo a proposta de Orçamento enviada pelo governo federal ontem ao Congresso. O valor, no entanto, não ficará assim, segundo admitiu o ministro do Planejamento, Paulo Bernardo. O aumento de 5,5% em relação aos R\$ 510 deste ano corresponde apenas à estimativa de inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) para este ano.

No entanto, está previsto em lei que haverá negociação com as centrais sindicais para conceder aumento real ao mínimo. O mesmo será feito em relação às aposentadorias superiores ao salário mínimo. Essas negociações começarão após as eleições.

Bernardo admitiu que o valor do mínimo não ficará como o proposto. Ele observou que o aposentado não teria nem como sacar esse valor num caixa eletrônico. "Se no Congresso alguém propuser arredondar para R\$ 540, vou dizer que é sensato", afirmou. "Mas precisa levar em consideração que cada R\$ 1 a mais eleva as despesas do governo em R\$ 184,1 milhões." Caberá aos parlamentares indicar de onde virão os recursos extras. "Eles podem fazer um mutirão, abrir mão das emendas de parlamentar para aumentar o mínimo."

Bernardo explicou que a proposta para o mínimo seguiu o entendimento que o governo tem desde 2005 com as centrais, pelo qual o mínimo seria sempre corrigido pela inflação mais a variação do Produto Interno Bruto (PIB) de dois anos atrás. Como em 2009 o PIB caiu 0,2%, o mínimo de 2011 ficou só com a inflação.

Ele considerou "precipitadas" as propostas de alguns sindicalistas que querem mudar o critério de cálculo. "Parece casuístico", disse. Além do mais, se a regra for mantida, o mínimo de 2012 terá um aumento real da ordem de 7%. "Vem aí um reajuste parrudo", comentou.

Folga

A proposta de orçamento de 2011 prevê mais folga nas contas públicas. O superávit primário (diferença entre receitas e despesas, exceto juros) é de 3,22% do Produto Interno Bruto (PIB), ante os 3,3% do PIB deste ano. Na prática, é um espaço adicional de R\$ 3,1 bilhões para despesas.

O que parece ser redução do esforço fiscal é decorrência de pura matemática, segundo Paulo Bernardo. Para 2011, pela primeira vez, foi fixada uma meta de superávit primário em reais, e não em porcentual do PIB.

O valor escolhido em junho foi R\$ 125,5 bilhões, que correspondiam a 3,3% do PIB naquele mês. No entanto, o PIB cresceu e os mesmos R\$ 125,5 bilhões agora equivalem a 3,22% do PIB.

"Eu sei que vocês adoram superávit primário, mas essa não é uma forma de reduzir o esforço fiscal sem parecer", disse Bernardo. "No longo prazo, essa mudança é neutra." O secretário executivo do Planejamento, João Bernardo Bringel, lembrou que a folga é de R\$ 3,1 bilhões num orçamento de mais de R\$ 900 bilhões.

O secretário observou que o futuro presidente já dispõe de uma margem de manobra bem maior do que essa. Ele poderá desconsiderar, para efeito de cálculo do superávit primário, R\$ 33 bilhões em investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Esse desconto é garantido pela Lei de Diretrizes Orçamentárias, já aprovada pelo Congresso Nacional.

Para reforçar sua tese de que não há descontrole de gastos, Bringel informou que, em 2010, o país deverá fechar suas contas com um déficit nominal (diferença entre receitas e despesas inclusive juros) de 1,6% do PIB. Para 2011, a previsão é de 0,96%, o que significa maior controle fiscal.

BERNARDO VÊ PRECIPITAÇÃO SOBRE CRITÉRIO PARA MÍNIMO

31/08/2010 – Gazeta do Povo

O ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, disse que as centrais sindicais estão se precipitando quando dizem que pedirão ao governo que mude o critério de reajuste do salário mínimo. "Fica parecendo casuístico", afirmou. Pelo critério de aumento do salário são considerados a inflação e o resultado do PIB de dois anos anteriores.

A reclamação dos sindicatos é porque o crescimento da economia brasileira foi prejudicado pelo impacto da crise financeira internacional. Bernardo argumentou, no entanto, que a escolha pelo PIB de dois anos atrás foi porque é o dado disponível, que está em mãos. Isso porque que, apesar do resultado da economia em 2009 já ter sido calculado pelo IBGE, o instituto costumeiramente revisa os dados. No caso do PIB de 2009, isso se dará em novembro próximo. "O aumento de 2012 (do salário mínimo) já está garantido que será parrudo", afirmou o ministro, lembrando que a projeção do Ministério da Fazenda para o PIB de 2010 e que será usada como referência para daqui a dois anos é de 7%.

Bernardo acredita que o melhor que o governo tem a fazer é insistir no critério que tem sido usado nos últimos cinco anos. "Quando está bom (o crescimento do PIB), está ótimo (o aumento do salário). Quando está ruim, queremos mudar?", questionou. De qualquer forma, ele salientou que está prevista a realização de uma revisão dos critérios a partir do próximo ano. Para o ministro, elevar o salário mínimo para R\$ 550,00 é uma arbitrariedade. "Parece que querem fazer uma bondade", comentou.

Ele salientou ainda que dificilmente o salário a ser aprovado pelo Congresso será o da proposta calculada pelo governo, que é de R\$ 538,15. "É evidente que não vai ficar desse jeito. Nem tem como pagar pela maquininha", disse, acrescentando que, segundo ele, será de bom senso se o parlamentar decidir arredondar esse número.

Judiciário

O ministro Paulo Bernardo considerou "esquisito" o projeto do Supremo Tribunal Federal (STF) que permite que os próprios ministros da Corte reajustem seus salários. A avaliação foi feita em entrevista após o anúncio do projeto de lei orçamentária para 2011. Segundo Bernardo, o projeto da lei orçamentária enviado hoje ao Congresso não prevê novos reajustes para o funcionalismo público.

O Ministério do Planejamento informou também que, em termos nominais, o déficit da Previdência para 2011 será de R\$ 41,258 bilhões, o equivalente a 1,1% do PIB.

PRODUÇÃO DA INDÚSTRIA VOLTA A CRESCER

01/09/2010 – Gazeta do Povo

A produção industrial do país voltou a crescer em julho, após três meses seguidos de queda. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a indústria brasileira registrou expansão de 0,4% em julho na comparação com o mês anterior e de 8,7% em relação a julho do ano passado. O dado reforça a expectativa de que a economia voltou a se acelerar no terceiro trimestre na comparação com o segundo – em abril, maio e junho, diversos indicadores haviam revelado acomodação do crescimento "chinês" que o país registrou nos primeiros meses do ano.

De janeiro a julho, a expansão acumulada da indústria é de 15% – a maior alta para esse período na série histórica, iniciada em 1991. O crescimento elevado se explica porque a comparação é feita sobre um número depreciado, já que a indústria foi o setor mais afetado pela crise internacional.

Perspectivas

Rogério Souza, economista do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi), afirma que a indústria terá um crescimento mais equilibrado daqui para a frente e que a taxa básica de juros não deve continuar subindo.

CURITIBA MANTÉM A MENOR TAXA DE DESEMPREGO DO PAÍS

31/08/2010 – Gazeta do Povo

Pelo sexto mês consecutivo, a Região Metropolitana de Curitiba apresenta a menor taxa de desemprego para o mês de referência, desde 2002. Em julho a taxa foi de 4,3% - a menor do país. Os dados são da Pesquisa Mensal de Emprego, realizada pelo Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (Ipardes) e divulgados nesta terça-feira (31).

A taxa média de desemprego, medida pelo IBGE para outras seis Regiões Metropolitanas, com a mesma metodologia da pesquisa do Ipardes, foi de 6,9%. As outras capitais apresentaram os seguintes índices: Porto Alegre (4,8%), Belo Horizonte (5,1%), Rio de Janeiro (5,4%), São Paulo (7,2%), Recife (10%) e Salvador (12,3%).

Outro dado positivo na Região Metropolitana de Curitiba foi o aumento do rendimento dos trabalhadores, em especial do setor privado com carteira assinada. O rendimento dos trabalhadores com carteira que ganhavam, em julho, até R\$ 695,00 aumentou

12% em um ano. Já daqueles que ganhavam até R\$ 940,90, subiu 13% e, para os que recebiam até R\$ 1.482,00, o incremento foi de 18,3%.

O pesquisador do Ipardes, Marcelo Antonio, ressalta que grande parte dos trabalhadores sem carteira e conta própria podem ter ido para o trabalho assalariado formal. "Estes trabalhadores que foram absorvidos pelo mercado formal são mais qualificados, já que o aumento real de salários foi maior para os que recebem entre dois e três salários mínimos", observou. No entanto, ele destaca que o aumento do rendimento ficou estagnado para os trabalhadores com rendimentos acima de três salários mínimos.

A pesquisa mostrou ainda que no setor público houve um aumento de 14,2% nos rendimentos, em um ano. Marcelo Antonio acredita que houve um movimento migratório de pessoas que já eram funcionárias públicas e que passaram em outros concursos ganhando mais. Assim, as vagas de menor remuneração não foram ocupadas na mesma proporção daquelas com maiores salários.

A massa real de rendimentos aumentou em R\$ 175 milhões de maio para junho. Em julho, foi estimado em 1,516 milhões de pessoas ocupadas em Curitiba e Região.

Para realizar a PME, o Ipardes visita cinco mil domicílios por mês na Região Metropolitana de Curitiba, abrangendo 25 municípios. Informações mais completas podem ser obtidas no site www.ipardes.gov.br.

DESEMPREGO NA RMC É DE 4,7%, SEGUNDO IPARDES

01/09/2010 – Gazeta do Povo

A Região Metropolitana de Curitiba apresentou em julho a menor taxa de desemprego para o mês desde 2002. A taxa foi de 4,3%, segundo a Pesquisa Mensal de Emprego, realizada pelo Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (Ipardes) e divulgada ontem. O número é menor que o das seis regiões metropolitanas pesquisadas pelo IBGE (Rio, São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife e Salvador).

A pesquisa ainda apurou o crescimento do rendimento dos trabalhadores com carteira assinada. Para quem recebia até R\$ 695 em julho, o aumento médio nos últimos 12 meses foi de 12%. Na faixa de R\$ 696 a R\$ 940,90, o crescimento foi de 13%. Já o salário de quem recebia de R\$ 940,91 a R\$ 1.482 subiu em média 18,3%. Já para trabalhadores com rendimento acima de três salários mínimos, a remuneração ficou estagnada, segundo Marcelo Antonio, pesquisador do instituto.

LADO EMOCIONAL É O MAIOR ENTRAVE NA HORA DA SUCESSÃO

01/09/2010 – Gazeta do Povo

Relação familiar costuma ser o grande obstáculo dos fundadores de empresas quando precisam encontrar um sucessor.

Em A Origem, Leonardo DiCaprio interpreta Dom Cobb, um ladrão especializado em se infiltrar no subconsciente de suas vítimas em busca de segredos valiosos. Contratado por Saito (Ken Watanabe), um empresário japonês, Cobb recebe a tarefa de fazer o contrário daquilo que o tornou um foragido, numa missão que pode levá-lo de volta

para perto da família. O objetivo é implantar uma ideia na cabeça do filho de um moribundo bilionário do ramo de energia, rival de Saito. Para isso, Cobb precisa ir fundo no subconsciente de Robert Fischer (Cillian Murphy) e convencê-lo a dissolver o império construído pelo pai.

No filme, a relação pai e filho na sucessão da empresa é apenas um pano de fundo para uma engenhosa trama de ação, mas deixa claro que, nos negócios, o laço familiar pode ser uma importante questão estratégica. Cá no mundo real, é precisamente essa relação emocional o maior entrave para a perpetuação de uma empresa familiar, segundo Wagner Teixeira, diretor geral da höft, consultoria especializada em transição de gerações de empresas familiares. Hoje, no Brasil, 95% das empresas são familiares, de acordo com levantamento feito pelo Sebrae. Estatísticas internacionais mostram que apenas 30% das empresas passam para a segunda geração, e entre 10% a 15% chegam à terceira geração.

“Um dos maiores entraves no processo de sucessão e que costuma estar presente em vários casos é a ausência de diálogo entre os membros da família. De alguma maneira, o relacionamento vai se deteriorando, e o diálogo fica truncado. Essa é uma característica que a gente pode considerar muito prejudicial ao processo. E isso é causado por questões emocionais, muito mais do que racionais, porque ninguém quer prejudicar o patrimônio, ainda que isso às vezes acabe ocorrendo”, diz Teixeira.

Para o consultor, a primeira etapa a ser realizada na decisão da escolha do sucessor é a própria avaliação do fundador sobre aquilo que lhe trará mais satisfação. “É o que a gente chama de sucessão emocional. O fundador precisa ter claro o que vai lhe trazer o maior sentimento de realização em relação ao futuro da empresa. E precisa se preparar emocionalmente para isso.”

Um dilema comum é a escolha do filho que ficará à frente da empresa, no caso de o fundador ter mais de um. A dica de Teixeira é que a decisão não fique apenas nas costas do pai. “A principal recomendação é que a escolha não seja feita pelo pai, mas que conte com a participação dos filhos. A partir do momento em que eles próprios estão participando da decisão, fica mais difícil que venham a questionar a opção escolhida. Se delegar só para o pai, ele sempre será o culpado pela escolha.”

Governança

Muitas empresas buscam na governança corporativa a solução para a troca de comando dos negócios. A implementação de processos mais claros na tomada de decisões ajuda o fundador a realizar uma transição sólida e menos conflituosa, afirma o presidente do Conselho de Administração do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC) e ex-diretor-presidente da BM&FBovespa, Gilberto Mifano. “A sucessão é rotineiramente a porta de entrada das empresas na governança corporativa, um conjunto de regras e políticas que ajudam no gerenciamento da companhia”, diz.

Até alguns anos atrás, segundo o consultor Wagner Teixeira, falar em colocar um executivo não familiar à frente da empresa era quase um xingamento. “Isso começou a mudar. Cada vez mais temos visto que a preocupação passou a ser em encontrar a pessoas mais preparada para ocupar o cargo, independentemente de ela ser ou não membro da família”, afirma

Caso Paranaense - Ouro Verde optou por profissional do mercado

Depois de fundar e administrar a Ouro Verde por 35 anos, o empresário Celso Frare encontrou num profissional do mercado a solução para o processo sucessório de sua companhia, especializada em transporte e logística. O escolhido foi Karlis Krukalis, ex-vice-presidente de finanças da GVT e responsável pelo lançamento de ações da empresa de telefonia, ocorrido em 2007.

“Há uns quatro anos que venho pensando na sucessão. Penso que minha missão é perpetuar a empresa. Temos esse compromisso com todos os colaboradores. Eu posso passar, mas a empresa tem de ficar. Essa foi a filosofia com a contratação do Karlis”, diz Frare, hoje com 63 anos.

Os dois se conheceram em 2002, num evento na Costa do Sauípe, na Bahia. “A relação foi amadurecendo com o tempo, e a contratação ocorreu há dois anos e meio”, conta o fundador da Ouro Verde, empresa com sede em Curitiba e faturamento de R\$ 400 milhões em 2009. “De lá para cá, vejo que estamos no caminho certo. Iniciou-se um processo de profissionalização da gestão, com a implementação de conceitos de governança corporativa.”

Segundo Frare, a decisão de buscar um membro não familiar também ocorreu pela falta de interesse dos dois filhos em ocupar um cargo de gestão na empresa. “Foi uma decisão avalizada pela família. Foi muito conversada, mas todo mundo concordou que era a coisa certa. Hoje temos um conselho de administração em que minha família faz parte.” Os filhos também têm parte das ações da holding que administra a Ouro Verde.

Profissionalização

Desde a chegada de Krukalis, que ocupa o cargo de diretor-superintendente, a empresa passou por várias mudanças. Antes auditada por escritórios regionais, a Ouro Verde passou a ter seu balanço auditado pela KPMG, uma das maiores empresas de contabilidade do mundo. “Hoje, 100% dos nossos investimentos são aprovados via comitê. Precisam passar por uma análise financeira e de crédito. Quer dizer, é uma decisão técnica e colegiada, não de uma pessoa só”, afirma Krukalis. De janeiro a junho, a empresa investiu R\$ 280 milhões, e há plano para abertura de capital no futuro. “Em algum momento, isso vai acontecer.”

A Ouro Verde também implementou um programa de trainee e uma análise de desempenho, realizada semestralmente. “Com base no desempenho, os funcionários são elegíveis para receber 15 bolsas de graduação e 10 de pós-graduação. A ideia é sempre pensar em formar a próxima geração de líderes”, diz. “Para resumir numa frase: a Ouro Verde tem buscado, com esse movimento, ser uma companhia que olha no longo prazo, sem descuidar do dia a dia.” (BB).

31/08/2010 – Gazeta do Povo

Curitiba está interessada em ser uma das primeiras cidades do País com um carro totalmente elétrico e produzido em série rodando nas ruas. Pelo menos foi isso que ficou transparecido ontem, na apresentação do primeiro modelo do gênero, o i-MiEV, da Mitsubishi, na Prefeitura.

Enquanto não chega às lojas, o carro deverá ser mostrado em prefeituras, governos estaduais e algumas empresas, que são clientes em potencial - a capital paranaense foi a primeira a receber a empresa.

Para iniciar as vendas, a montadora ainda espera a definição de uma política tributária mais favorável a esse tipo de veículo, sobre o qual incidem 25% de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e 35% de Imposto de Importação (já que o modelo é fabricado no Japão).

Com os tributos vigentes, o carro, que custa 30 mil dólares (cerca de R\$ 53 mil) no Japão, não sairia por menos de R\$ 120 mil no Brasil, nos cálculos da própria fabricante.

A multinacional espera conseguir vender o produto a até R\$ 60 mil -preço longe de ser popular, mas equivalente ao de outros carros urbanos modernos, como o Smart, da Mercedes-Benz.

“Já houve uma tentativa de se reduzir os impostos, mas não houve consenso no governo federal, preocupado em não desvalorizar o etanol. Agora uma comissão interministerial cuida do assunto, e deverá definir em breve uma política para veículos com tecnologias alternativas”, afirma o diretor de Planejamento e Engenharia da Mitsubishi no Brasil, Reinaldo Muratori.

O executivo acredita que, até 2012, haja uma boa disponibilidade do modelo nas lojas brasileiras. Por enquanto, o modelo só é vendido no Japão. Até o final do ano, deve começar a ser comercializado na Europa.

Muratori informa que a possibilidade de fabricação do veículo no Brasil, o que aconteceria por volta de 2015, está sendo estudada. A única planta brasileira da Mitsubishi, que fabrica modelos L200 e Pajero, fica no Estado de Goiás.

O prefeito Luciano Ducci, que após a apresentação testou o carro, ficou animado com a possibilidade de trazer o veículo a Curitiba, o que pode ser feito até por meio de uma parceria com a montadora.

“Há interesse e espero que, em breve, possamos ter o carro elétrico circulando pela cidade”, afirmou. “Mas precisamos que o preço seja mais acessível e que tenhamos locais próprios para alimentação da bateria”, completou. Muratori disse que a empresa irá estudar eventuais propostas oficiais de parceria.

Investimento

A Mitsubishi já investiu mais de US\$ 1 bilhão em projetos de carros elétricos, iniciados nos anos 1970. No i-MiEV, o investimento está em torno de US\$ 300 milhões. Para trazer o carro ao Brasil, o investimento é apenas comercial, e ainda não foi revelado pela empresa.

Urbano

O silencioso carro, que tem uma potência de 47 kW, o equivalente a 64 cavalos, tem autonomia para rodar 160 quilômetros sem que as baterias precise ser recarregadas.

Por isso, sua proposta é de uso urbano. O carregamento pode ser feito em tomadas convencionais, onde pode demorar, em 110 volts, até 14 horas se estiver completamente zerada.

Há, também, uma estação desenvolvida pela montadora, que em 30 minutos completa 80% da carga. O custo calculado para cada quilômetro rodado é de R\$ 0,03. Na gasolina ou no etanol, o valor chega a R\$ 0,22, segundo a empresa.

CATERPILLAR VAI MONTAR FÁBRICA NO PARANÁ

01/09/2010 – Valor Econômico

SÃO PAULO - A Caterpillar adquiriu uma fábrica na cidade paranaense de Campo Largo para instalar sua segunda unidade de produção no Brasil. O plano é levar para lá a produção de retroscavadeiras e carregadeiras de rodas de pequeno porte, desativando essas linhas na planta da empresa em Piracicaba (SP).

No terceiro trimestre do ano que vem, a Caterpillar espera iniciar a fabricação das primeiras máquinas na instalação paranaense, que foi erguida pela Chrysler no fim da década de 1990 para a montagem do Dakota.

O começo dos trabalhos de adaptação da planta está previsto para o último bimestre deste ano. O projeto está dentro de um programa de investimentos no país da ordem de US\$ 180 milhões, incluindo o aporte na ampliação da fábrica de Piracicaba, que vai ganhar espaço para expansão de capacidade com o remanejamento da fabricação de retroscavadeiras e carregadeiras.

No total, a fábrica paranaense vai empregar 1.000 pessoas quando estiver operando a plena capacidade. Durante apresentação à imprensa da investida, o presidente da filial brasileira Luiz Carlos Calil disse que o fato de a companhia encontrar uma fábrica pronta, dentro dos padrões estabelecidos pelo grupo no mundo, determinou a decisão de levar o investimento a Campo Largo.

"Percebemos que o layout (da fábrica) se encaixa em mais de 80% de nossas necessidades", comentou o executivo, acrescentando que essa situação permitirá a Caterpillar antecipar a expansão no país.

Para a escolha da cidade paranaense, a Caterpillar avaliou diversas possibilidades dentro e fora de São Paulo nos últimos seis meses. A área do terreno em Campo Largo é de 1 milhão de metros quadrados, sendo que a fábrica ocupará 50 mil metros quadrados após a reforma.

Também pesou na escolha do município a proximidade a "uma boa cadeia de abastecimento", que já supre em parte as montadoras instaladas na região. Além disso, Calil citou vantagens em logística já que a fábrica está a aproximadamente 120 km do Porto de Paranaguá.

Atualmente, a Caterpillar brasileira exporta para mais de 120 países a partir de Piracicaba. Nesta unidade, que iniciou as atividades em 1976, a empresa planeja atrair fornecedores estratégicos para dentro do terreno de 3,8 milhões de metros quadrados onde a planta está instalada.

Como a companhia também quer incrementar a produção de outras linhas em Piracicaba, houve a necessidade de liberar espaço na área.

Em Piracicaba, são fabricados 35 diferentes modelos de máquina. Os investimentos no Brasil serão totalmente financiados por recursos próprios do grupo, incluindo uma parcela correspondente a um aporte da matriz americana.

No evento, Calil evitou dar números sobre a capacidade de produção da nova planta, limitando-se a dizer que os volumes vão ser superiores ao que se produz hoje entre retroescavadeiras e carregadeiras em Piracicaba.

Os investimentos são estimulados pela tendência de maior demanda a partir de projetos de infraestrutura, aliada ao crescimento do setor de extração mineral, um dos grandes clientes da Caterpillar.

O grupo prevê uma expansão média anual de 4% a 5% para a economia brasileira nos próximos 10 anos. "Isso vai estimular ainda mais os investimentos infraestruturais", apontou Calil.

Leia mais: <http://www.valoronline.com.br/?online/empresas/11/6469964/caterpillar-vai-montar-fabrica-no-parana#ixzz0yJTNZW12>

QUOTA DO IRPF COM VENCIMENTO EM 30/9 TERÁ 4,29% DE JUROS

01/09/2010 – Notas COAD

As pessoas físicas que optaram pelo parcelamento do imposto apurado na Declaração de Ajuste Anual do exercício de 2010, ano-calendário de 2009, deverão crescer ao valor de cada quota, a partir da segunda, juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic) para títulos federais, acumulada mensalmente, calculados a partir do primeiro dia do mês subsequente ao previsto para a entrega da declaração até o mês anterior ao do pagamento e de 1% no mês de pagamento.

PAGAMENTO REFERENTE A AGOSTO DEVE SER EFETUADO ATÉ DIA 6/9

01/09/2010 – Notas COAD

No dia 6/9 (segunda-feira), vence o prazo para pagamento do salário sobre o trabalho executado pelos empregados mensalistas no mês de agosto/2010. Estão obrigados ao pagamento todos os empregadores.

A multa por falta de pagamento corresponde a R\$ 170,26 por empregado prejudicado.

01/09/2010 – Notas COAD

O repasse econômico do PIS e da Cofins nas tarifas telefônicas é legítimo. O entendimento foi firmado pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ), em julgamento de um recurso repetitivo que firma posição para os demais casos analisados em todo o país. Para a maioria dos ministros da Primeira Seção, o valor integra os custos repassáveis legalmente para o usuário com a finalidade de manter a cláusula pétrea (imutável) das concessões, consistente no equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

O relator do recurso é o ministro Luiz Fux. Ele explicou que o direito de informação previsto no Código de Defesa do Consumidor (CDC) não é violado pela falta de detalhamento dos custos do serviço. O ministro relator esclareceu que as leis que normatizam as concessões (Lei n. 8.987/1995) e as telecomunicações (Lei n. 9.472/1997) são leis especiais em relação ao CDC e a ele se sobrepujam. De acordo com essas leis, é juridicamente possível o repasse de encargos, que pressupõe alteração da tarifa em razão da criação ou extinção de tributos.

“Todas as despesas correspondentes a tributos incidentes sobre as atividades necessárias à prestação dos serviços de telefonia estão necessariamente abrangidas nas tarifas, na medida em que o valor tarifário deve ser suficiente para assegurar o reembolso de despesas, compensado por meio da receita tarifária”, afirmou o ministro Fux, em seu voto.

A Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) informou que a tarifa líquida de tributos a qual homologa não impede que nela incluam-se os tributos, salvo os de repasse vedado em lei, como os incidentes sobre a renda e o lucro (Imposto de Renda).

A posição do relator foi acompanhada pelos ministros Hamilton Carvalhido, Eliana Calmon, Humberto Martins, Mauro Campbell Marques e Benedito Gonçalves. Os ministros Castro Meira, Denise Arruda (já aposentada) e Herman Benjamin votaram no sentido de negar provimento ao recurso.

A discussão

O Programa de Integração Social (PIS) e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) são contribuições sociais de natureza tributária, devidas pelas pessoas jurídicas. O PIS tem como objetivo financiar o pagamento do seguro-desemprego e do abono para os trabalhadores que ganham até dois salários-mínimos. Já a Cofins é destinada a financiar a seguridade social.

Inicialmente, um consumidor do Rio Grande do Sul ingressou na Justiça com ação de repetição de indébito contra a Brasil Telecom S/A. Ele pedia a devolução dos valores referentes ao repasse econômico das contribuições sociais (PIS e Cofins) incidentes sobre a fatura dos serviços de telefonia prestados de 1991 a 2001.

Em primeira instância, o pedido foi negado. Ao julgar o apelo do consumidor, o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul (TJRS) julgou a ação parcialmente procedente: vedou o acréscimo do PIS e da Cofins na conta telefônica e condenou a Brasil Telecom a restituir ao consumidor os valores cobrados indevidamente, relativos àquelas contribuições.

Para o TJRS, as contribuições não poderiam ser acrescentadas diretamente à tarifa final (repassé jurídico); apenas poderiam ser computadas proporcionalmente como custos

para formar a tarifa final (repassé econômico). No cálculo do TJRS, a empresa de telefonia cobraria uma alíquota de 10,19%, em vez de 9,25% (PIS - 1,65% e Cofins - 7,6%, modalidade não cumulativa), e uma alíquota de 5,41%, em vez de 3,65% (PIS - 0,65% e Cofins - 3%, modalidade cumulativa). O valor excedente deveria ser restituído (de forma simples, não em dobro) ao consumidor.

Desta decisão, a Brasil Telecom recorreu ao STJ, que modificou o entendimento. O consumidor também recorreu ao Tribunal para ter garantida a restituição em dobro, pretensão que não foi atendida pela Primeira Seção.

Processo: REsp 976836

FONTE: STJ

JORNADA DE TRABALHO PODE SER AMPLIADA ATRAVÉS DE ACORDO COLETIVO

01/09/2010 – Notas COAD

O mesmo dispositivo constitucional que estabelece jornada de seis horas de trabalho para turno de revezamento permite que a jornada seja elástica, por meio de negociação coletiva. Foi esse o entendimento da Quarta Turma do Tribunal Superior do Trabalho para reformar decisão regional que condenou a Concessionária Ecovias dos Imigrantes S. A., ao pagamento de horas extraordinárias a um empregado que reclamou ter trabalhado além do horário.

O empregado era operador de tráfego na Rodovia dos Imigrantes e trabalhava na função de socorro eletromecânico. O julgamento do primeiro grau lhe negou o pedido das horas extras, reconhecendo a validade da norma coletiva, mas o Tribunal Regional da 2ª Região (SP), avaliando que o acordo lhe era prejudicial, reformou a sentença e condenou a empresa ao pagamento da 7ª e 8ª horas trabalhadas por ele como extraordinárias.

A empresa recorreu, alegando que a referida jornada estava legalmente amparada por negociação coletiva, referente ao período de 1999/2001. Ao examinar o recurso de revista, a relatora na Quarta Turma, ministra Maria de Assis Calsing, manifestou que o acordo coletivo celebrado entre as partes tem força de lei e deve ser respeitado, esclarecendo que o artigo 7º, XIV, da Constituição de 1988, estabelece a referida jornada em seis horas, "mas permite que a empresa fixe jornada superior, mediante negociação coletiva".

A relatora informou ainda que a jurisprudência sumulada do TST (Súmula nº 423) destaca a possibilidade de majoração da jornada de seis horas para até oito horas, prestadas em regime de turnos ininterruptos de revezamento, "afastando do direito a percepção de pagamento da 7ª e 8ª horas como extraordinárias". Citou diversos precedentes e retirou a condenação da empresa. Seu voto foi aprovado por unanimidade.

(RR-19100-17.2002.5.02.0251)

Fonte: Assessoria de Comunicação Social – TST

01/09/2010 – Notas COAD

A instalação de equipamentos de última geração, para monitoramento de veículos, feita pela Empresa de Transportes e Logística Paraná Ltda, possibilitou que seu ex-empregado, motorista de carreta, comprovasse a realização de horas extras. A empresa, apesar de alegar que a atividade externa desenvolvida pelo trabalhador seria incompatível com a fixação de horário de trabalho, não conseguiu convencer a 6ª Turma do Tribunal Superior do Trabalho de que o motorista não tinha direito às horas extras.

O motorista da empresa, responsável por fazer transportes intermunicipais e interestaduais, recorreu à Justiça do Trabalho para receber as horas excedentes às permitidas legalmente. Na fase probatória, o preposto da empresa confirmou em juízo que os veículos da transportadora eram dotados de um equipamento de monitoração denominado "auto track", cuja função era de fornecer informações sobre todas as paradas e trajetos percorridos pelo veículo.

De acordo com o preposto, a empresa tinha profissionais exclusivamente contratados para operar um computador capaz de monitorar os veículos, enviando e recebendo mensagens sobre rotas e paradas, com atualização dos dados relativos a cada caminhão de 69 em 69 minutos, 24 horas por dia. Segundo ele, os motoristas, toda vez que parassem os veículos, tinham que mandar uma mensagem pelo auto-track informando que estavam parando e para qual finalidade. Pelas normas da empresa, os motoristas tinham que remeter mensagens quando iniciassem a viagem, quando paravam para almoço, e quando terminassem a viagem. Além disso, tinham que informar a necessidade de parar em função de a pista estar interrompida ou em função de quebra do veículo.

Apesar desse depoimento, a Vara do Trabalho negou o pedido do motorista por entender ser impossível o controle da jornada para o tipo de trabalho executado, externamente. Contra tal decisão, o motorista recorreu ao TRT/PR, que reformou a sentença. De acordo com o entendimento no Regional, ficou patente a possibilidade de controle de jornada por meio das fichas de monitoramento via satélite. As horas extras foram concedidas.

Insatisfeita, a empresa recorreu, sem sucesso, ao TST. O relator do acórdão, ministro Maurício Godinho Delgado, destacou em seu voto que o motorista carreteiro, trabalhando em atividade externa, tendencialmente enquadra-se na exceção do art. 62, I, da CLT, que determina que a atividade externa é incompatível com a fixação de horário de trabalho. Destacou, ainda, que a circunstância de haver no caminhão um tacógrafo não traduz, segundo a jurisprudência do TST, a presença de real controle da jornada de trabalho (OJ 332, SDI-1/TST). No entanto, disse ele, "havendo no caminhão e no sistema empresarial outros equipamentos tecnológicos de acompanhamento da rota cumprida pelo veículo, com assinalação dos períodos de parada e de movimento do caminhão, esvai-se a presunção excetiva do art. 62, I, da CLT, emergindo a regra geral da Constituição e do diploma celetista no tocante à direção da prestação de serviços e do controle da jornada contratual pelo respectivo empregador".

Segundo o relator, o TRT concluiu que havia o efetivo controle de jornada de trabalho do motorista. Para se concluir de forma diversa, seria necessário rever fatos e provas, hipótese vedada na instância extraordinária, de acordo com a Súmula 126/TST.

(AIRR - 26040-64.2008.5.05.0134)

Fonte: Assessoria de Comunicação Social - TST